

PODER JUDICIÁRIO: PARA QUÊ? PARA QUEM?

Flávio Dino de Castro e Costa (*)

Ao lançar-me à tarefa de abordar o tema proposto, entendo importante fixar desde logo que não nutro a pretensão de eliminar os pontos de interrogação grafados pelos organizadores deste seminário, sem entretanto escusar-me de oferecer algumas respostas às questões colocadas.

As interrogações lançadas por certo não são produto do acaso. Permitem, na verdade, que se estabeleça como premissa que o Poder Judiciário deve ser questionado em relação aos seus problemas e deve ser cobrado no que tange a soluções para estes mesmos problemas.

Estamos, portanto, diante de um tema que traz implícito uma grande carga de crítica à instância judiciária do Estado, atitude esta que não parte exclusivamente dos servidores auxiliares da Justiça.

No nosso País, segundo dados do IBGE, entre outubro de 1983 e setembro de 1988, somente 1/3 dos cidadãos que admitiram ser protagonistas de uma situação litigiosa disseram ter buscado a Justiça para solucioná-la. Em edição de dezembro de 1989, o *Jornal do Brasil* publicou pesquisa do Instituto Gallup demonstrando que 62,8% (sessenta e dois vírgula oito por cento) da população não acreditavam no Poder Judiciário.

A distância, no tempo, das pesquisas referidas, aliada ao fato de elas não refletirem a nova situação gerada pela Constituição de 1988, não autoriza a ilação de que hoje os resultados seriam substancialmente diferentes.

O Ministro Paulo Brossard, ao se despedir do Supremo Tribunal Federal, há cerca de uma semana, disse literalmente:

«...Lamento profundamente que o Tribunal tenha chegado a um ponto em que não pode continuar. A quantidade de serviço, o número de feitos que chegam ao Supremo Tribunal Federal vai estabelecer ou uma mudança, ou o Tribunal terá de confessar a sua impotência...»

(*) Juiz Federal Substituto na Seção Judiciária do Maranhão e Professor de Direito Constitucional na UFMA. Palestra proferida no 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores do Judiciário Federal, em 26/10/94, em São Luís-MA

«...Isso não pode continuar. E confesso. Não seria capaz de julgar mais do que julguei, e acho que alguma coisa vai acontecer: ou essa situação muda ou o Tribunal vai ter de confessar sua falência, em função, em face do vulto dos feitos que chegam aqui...»

«...É preciso que a Nação se conscientize, que tome conhecimento disso, e depois verifique a necessidade da sua imediata correção, sob pena de o Tribunal ir-se tomando por um reumatismo crescente...» (*Jornal de Brasília*, ed. 21/10/94).

Essas afirmações vêm ao encontro do sentimento generalizado na sociedade brasileira, que embasa uma crítica essencial ao Poder Judiciário, concernente à sua morosidade.

Não é possível, no âmbito desta exposição, analisar minuciosamente as causas dessa mácula, de modo que gostaria tão-somente de traduzir em números aquilo que todos os servidores aqui presentes sabem por força da experiência cotidiana: a quantidade de processos em andamento é absolutamente desproporcional em relação às estruturas e aos recursos humanos existentes. Os elementos disponíveis dão conta de que, no Brasil, existe aproximadamente um juiz de 1ª instância para 30 mil habitantes na Justiça Estadual, um para 165 mil na Justiça do Trabalho e um para 880 mil na Justiça Federal. O resultado disso é que, por exemplo, na Seção Judiciária do Maranhão, existem cerca de 15 mil processos para apenas quatro juízes, tornando pura ficção a determinação do art. 189 do CPC no sentido de que o magistrado profira os despachos de mero expediente em dois e as decisões em dez dias.

Nesse contexto, somente um ingênuo pode atribuir exclusivamente aos juízes a responsabilidade pela inaceitável procrastinação dos processos e pelas injustiças daí decorrentes. Com efeito, os beneficiários principais desse quadro estão fora do Judiciário: são os maus empregadores que, passados cinquenta anos, ainda desconhecem a CLT; são os sonegadores, que geram um número avassalador de execuções fiscais; os criminosos largamente favorecidos pelo instituto da prescrição; os mentores das políticas econômicas «milagrosas», que sabem que a «conta» eventualmente será paga pelo próximo Governo; são os que só alcançam os cargos políticos por intermédio do abuso do poder econômico e da fraude eleitoral, conforme os fatos recentes bem demonstram.

Esta é a essência da «função social» cumprida por um Judiciário débil e assoberbado, qual seja a de assegurar a «vigência» de uma *ordem normativa* alternativa em proveito de parcela significativa da sociedade. Frise-se que essa espécie de consagração do «direito alternativo» às avessas não é um fenômeno tipicamente brasileiro. A *Folha de S. Paulo*, em edição datada de 23/10/94, noticiou que, na França, os empresários da construção civil acabam de aprovar um código de ética pelo qual se comprometem a não dar propinas nem a financiar ilegalmente os partidos políticos. Conclui-se, então, que para eles o ordenamento estatal é desprovido de força vinculante, sendo, por conseguinte, necessária a intervenção de outra fonte de produção normativa, no caso o acordo corporativo, para que as leis passem a ser cumpridas.

É necessário, pois, erigir outro sistema judiciário, empreitada essa já em andamento no Brasil, ressaltando-se que tal afirmação não significa o desconhecimento de incontá-

veis virtudes da Justiça brasileira. Entre elas, destaco uma de fundamental importância, e em geral pouco realçada, concernente ao alto grau de participação da sociedade nos processos decisórios judiciais, superior mesmo à observada nos procedimentos no âmbito do Executivo e do Legislativo. O processo jurisdicional não principia por iniciativa do juiz e sim por provocação de pessoas estranhas ao Poder Judiciário; o conteúdo do conflito é definido primordialmente pelas partes, na medida em que, de regra, «o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta», sendo-lhe «defeso (...) proferir sentença, em favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado», conforme os arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil. Demais disso, o processo deve ser conduzido segundo o princípio da bilateralidade da audiência e da ampla defesa, em obediência ao art. 5º, LV, da CF.

A amplitude dessa participação não pode ser impugnada nem mesmo pelo caráter técnico do procedimento judicial, na medida em que as partes comparecem representadas por advogados amparados por uma legislação que seguramente figura entre as mais liberais do mundo em termos de garantias e prerrogativas profissionais — a Lei nº 8.906/94.

Algumas veredas fundamentais, todavia, ainda permanecem obscurecidas, impedindo um aperfeiçoamento mais rápido da Justiça brasileira.

Continua-se em larga escala a confundir imparcialidade procedimental com neutralidade ideológica e/ou axiológica. Aquela é imprescindível para a legitimação das decisões judiciais, enquanto esta não passa de um mito. Ao decidir, o juiz jamais conseguirá «libertar-se» integralmente de sua formação moral, religiosa, familiar etc., da natureza das lições recebidas nos bancos da Faculdade de Direito, de sua história de vida, enfim, *de si mesmo*.

O ideal de um relativo afastamento das partes em confronto, que leva, por exemplo, à correta proibição de envolvimento do juiz em atividades político-partidárias, não pode confundir-se com a pretensão de eliminar, ao mesmo tempo, a condição de cidadão e a vocação de estadista do magistrado.

Nesta dupla condição — de cidadão/estadista —, o juiz necessita perceber e analisar os problemas nacionais e deve, ao resolver formalmente cada conflito, atentar para os fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil, arrolados nos arts. 1º e 3º da Constituição Federal.

Proclamo, em suma, a legitimidade do chamado «ativismo judicial», bem delimitado por Evandro Gueiros Leite:

«O ativismo do juiz atua sobre o comportamento deste no processo, em busca de um direito judicial, menos submisso às leis ou à doutrina estabelecida e às convenções conceituais. Não importa numa simples, embora ágil, aplicação da norma e que a deixe inalterada. Nem é atitude voluntariosa, mas tomada de consciência no presente e diretriz de decisões futuras.» (*in O Judiciário e a Constituição*, Saraiva, pág. 147).

Isso não significa a defesa implícita de uma «ditadura dos juízes» (alguém já viu ditadura sem espada e sem moeda?) ou de um subjetivismo descontrolado no ato de julgar.

A criatividade judiciária não prescinde de alguns parâmetros objetivos a fim de possibilitar o exercício do controle democrático sobre o poder estatal. Esses referenciais estão primordialmente na Constituição, autêntica «reserva de justiça», como asseverou *Canotilho* (in *Direito Constitucional*, págs. 113/114).

É evidente que essa assertiva só mantém sua validade no contexto de um Estado Democrático de Direito, capaz de produzir uma Constituição legitimada pelo procedimento e pelo consenso democráticos.

Essa outra atitude possível ao interpretar-se e aplicar-se o Direito constantemente é confundida com uma insatisfação do juiz com o princípio da separação dos poderes. Trata-se, ao contrário, de preservá-lo, redimensionando o Poder Judiciário para acompanhar o crescimento avassalador dos Poderes Executivo e Legislativo, típico do *Welfare State*, caracterizado, entre outras coisas, pelo intervencionismo estatal e pela intensa atividade legislferante.

Questiona-se também de onde emanaria a legitimação democrática para que os juízes assumissem um papel mais ativo na direção do Estado. Esta deriva, em primeiro lugar, dos mecanismos inerentes ao princípio da tripartição dos poderes, tais como escolha de parcela dos juízes pelo Poder Executivo — com ou sem aprovação por órgãos do Poder Legislativo — e o controle externo contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial a cargo do Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União. A tais institutos agrega-se a participação obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil nos concursos públicos de ingresso na carreira, além do compromisso inafastável do juiz com a ordem constitucional democrática, conforme referido acima.

Além disso, a eletividade como fator de legitimação é substituída igualmente pelo alto grau de abstração dos termos jurídicos e pelo freqüente uso de normas programáticas. Tais fenômenos, perfeitamente visíveis na Carta Política de 1988, funcionam também como uma convocação ao juiz para que este contribua mais ativamente com a evolução da sociedade.

Para que «autorização» maior do que a contida no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, segundo a qual:

«Os direitos e garantias expressos nesta Constituição *não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados*, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.»

Afinal, a quem compete dar efetividade a esse preceito, velando pela inclusão dos outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios constitucionais, que não ao Poder Judiciário?

A postura hermenêutica aqui propugnada obviamente não solucionará magicamente a crise do Judiciário e do Estado. Vejo-a mais como um ponto de partida, sem o qual as mudanças institucionais e procedimentais não se realizarão a contento.

Em outro terreno, cabe corroborar o destaque dado por alguns à relevância da conduta pessoal do juiz para a imagem social do Poder Judiciário. Não se cuida, porém, de enaltecer o mito do juiz-divindade — superior ao homem comum — e sim de fixar a

inaceitabilidade de transigências com o princípio da moralidade no interior do aparelho judicial. Se é certo que a autoridade do juiz é predominantemente legal e não tradicional ou carismática — para lançar mão de clássica distinção Weberiana —, é igualmente indiscutível que o magistrado antiético pode até infundir temor nos cidadãos humildes, mas será inócuo e inevitavelmente dócil ante as condutas ilícitas dos poderosos.

Creio que a observância dos referenciais acima expostos (ruptura com o formalismo e a passividade; compromisso com a ordem constitucional do Estado Democrático de Direito e postura ética e independente), leva o Judiciário a se aproximar bastante do ideal de «justiça social». São, em síntese, diretrizes mais adequadas do que a simples adesão ao mito da bondade intrínseca do povo ou à idéia de compromisso permanente com a vontade *eventualmente* majoritária na sociedade. A violência do ordenamento normativo dos morros cariocas — que tem como agentes fundamentais pessoas oriundas das camadas populares — e a aprovação social que alguns regimes ditatoriais desfrutaram demonstram cabalmente a correção desta tese.

Eram essas as respostas que tinha a oferecer aos senhores, cujas insuficiências inevitáveis ratificam a lição do Prof. *Agostinho Ramalho Marques Neto*, referindo-se a *Heidegger*, consoante a qual «toda resposta é antes um momento da pergunta que, longe de dissolvê-la, a expande.»